

**EDcl no PEDIDO DE TUTELA PROVISÓRIA Nº 2.393 - SP
(2019/0318298-8)**

RELATOR : MINISTRO PAULO DE TARSO SANSEVERINO
EMBARGANTE : BANCO PAN S.A.
ADVOGADOS : EDUARDO MONTENEGRO SERUR - PE013774
IAN COUTINHO MAC DOWELL DE FIGUEIREDO E
OUTRO(S) - PE019595
MARIA CAROLINA ORIA VELOSO - PE046667
EMBARGADO : DANIEL FARIA

EMENTA

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO EM RECURSO ESPECIAL. INEXISTÊNCIA DE QUAISQUER DOS VÍCIOS DO ART. 1.022 DO CÓDIGO DE PROCESSO CIVIL DE 2015. PRETENSÃO DE REJULGAMENTO DA CAUSA. IMPOSSIBILIDADE. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS.

DECISÃO

Vistos etc.

Trata-se de embargos de declaração opostos por BANCO PAN S.A contra decisão de indeferiu pedido de tutela provisória incidental.

A parte embargante, alega, essencialmente, que (a) a decisão embargada desconsiderou a ocorrência do prequestionamento ficto previsto no art. 1.025 do CPC, devendo ser afastado o óbice da Súmula 211/STJ; (b) a decisão não se manifestou sobre o fato de que as astreintes não se submetem ao instituto da preclusão e da coisa julgada.

É o relatório.

Passo a decidir.

Nos rígidos limites estabelecidos pelo artigo 1.022 do Código de Processo Civil de 2015, os embargos de declaração destinam-se apenas a esclarecer obscuridade, eliminar contradição, suprir omissão de ponto ou questão sobre o qual devia se pronunciar o juiz de ofício ou a requerimento, corrigir erro material eventualmente existentes no julgado e, excepcionalmente, atribuir-lhe efeitos

infringentes, quando algum desses vícios for reconhecido.

Nesse sentido, confirmam-se a jurisprudência desta Corte Superior:

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. VÍCIOS ALEGADOS. INEXISTÊNCIA. EFEITO INFRINGENTE. IMPOSSIBILIDADE. OBSCURIDADE ENTRE DECISÕES DIVERSAS. DESCABIMENTO DOS ACLARATÓRIOS.

1. Inexistência dos vícios tipificados no art. 1.022, incisos I e II, do Código de Processo Civil, a inquinar o acórdão embargado.

2. A atribuição de efeito infringente em embargos declaratórios é medida excepcional, incompatível com a hipótese dos autos, em que a parte embargante pretende um novo julgamento do seu recurso.

3. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO REJEITADOS. (EDcl no AgRg no REsp 1520731/MS, de minha Relatoria, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 01/06/2016)

EMBARGOS DE DECLARAÇÃO NO AGRAVO REGIMENTAL NO RECURSO ESPECIAL. OMISSÃO QUANTO AO PEDIDO DE JUSTIÇA GRATUITA. INEXISTENTE. EFEITO INFRINGENTE. IMPOSSIBILIDADE. OMISSÃO QUANTO ÀS NULIDADES SUSCITADAS. OCORRÊNCIA. EMBARGOS ACOLHIDOS PARA INTEGRAR O JULGADO. VIOLAÇÃO AO ART. 535, II, CPC/73. INEXISTÊNCIA. SENTENÇA DECLARADA NULA. PREJUDICIALIDADE DAS DEMAIS PRELIMINARES.

1. Em relação ao pedido de justiça gratuita, inexistência dos vícios tipificados no art. 1.022, incisos I e II, do Código de Processo Civil, a inquinar o acórdão embargado.

2. A atribuição de efeito infringente em embargos declaratórios é medida excepcional, incompatível com a hipótese dos autos, em que a parte embargante pretende um novo julgamento do seu recurso.

3. No que tange às nulidades suscitadas, omisso o julgado, há de se acolher os embargos de declaração, a fim de integrar o julgado embargado. (...)

5. EMBARGOS DE DECLARAÇÃO ACOLHIDOS PARA INTEGRAR O JULGADO, NEGANDO PROVIMENTO AO RECURSO ESPECIAL. (EDcl no AgRg no REsp 1439137/MG, de minha Relatoria, TERCEIRA TURMA, julgado em 17/05/2016, DJe 27/05/2016)

No caso sob apreciação, não há a configuração, na decisão ora embargada, de qualquer omissão, contradição, obscuridade ou erro material que permita a oposição dos aclaratórios.

Com efeito, embora a parte tenha apontado a existência de omissão na decisão embargada, verifica-se que a decisão embargada contém fundamentação clara ao consignar que não estavam presentes os requisitos indispensáveis para a concessão da tutela provisória pretendida.

Destacou-se, ainda, que (I) as normas federais apontadas como violadas não foram prequestionadas pelo acórdão recorrido; (I) a referida exigência se aplica tanto aos recursos especiais interpostos com base na alínea "a" do permissivo constitucional quanto àqueles amparados na sua alínea "c"; (III) a similitude fática não foi devidamente demonstrada.

Além disso, "a admissão de prequestionamento ficto (art. 1.025 do CPC/15), em recurso especial, exige que no mesmo recurso seja indicada violação ao art. 1.022 do CPC/15, para que se possibilite ao Órgão julgador verificar a existência do vício inquinado ao acórdão, que uma vez constatado, poderá dar ensejo à supressão de grau facultada pelo dispositivo de lei" (REsp 1.639.314/MG, Rel. Ministra Nancy Andrigui, Terceira Turma, julgado em 04/04/2017, DJe 10/04/2017), o que não ocorreu. Logo, não há como se ter como prequestionada a matéria. Nesse sentido: AgInt no AREsp 1043549/RS, Rel. Ministro MARCO AURÉLIO BELLIZZE, TERCEIRA TURMA, julgado em 27/06/2017, DJe 01/08/2017; AgInt no REsp 1633039/SC, Rel. Ministra ASSUSETE MAGALHÃES, SEGUNDA TURMA, julgado em 18/05/2017, DJe 24/05/2017.

Destarte, não podem ser acolhidos embargos de declaração que, em verdade, sob o pretexto de apontar suposta ofensa ao art. 1.022 do CPC/2015, traduzem inconformismo com a decisão posta, pretendendo rediscutir o que já foi decidido somente porque restou assentado pela decisão embargada entendimento contrário ao interesse da parte.

No mesmo sentido, o julgado abaixo:

PROCESSUAL CIVIL E TRIBUTÁRIO. ITCMD. VIOLAÇÃO DO

ART. 1.022 NÃO CONFIGURADA. AUSÊNCIA DE PREQUESTIONAMENTO. SÚMULA 282/STF. PRINCÍPIO DA LEGALIDADE. ART. 97 DO CTN. REPRODUÇÃO DE NORMA CONSTITUCIONAL. LEI LOCAL. SÚMULA 280/STF.

(...)

3. Ademais, nota-se que a Corte de origem julgou integralmente a lide e solucionou, de maneira amplamente fundamentada, a controvérsia, tal como lhe foi apresentada.

4. **Claramente se observa que não se trata de omissão, contradição ou obscuridade, tampouco de erro material, mas sim de inconformismo direto com o resultado do acórdão, que foi contrário aos interesses da insurgente.**

5. No tocante à suposta contrariedade ao art. 1º da Lei 12.016/2009, verifica-se que o Tribunal de origem não emitiu juízo de valor sobre o referido dispositivo legal. Incide, na espécie, por analogia, o óbice da Súmula 282/STF.

6. Consoante entendimento assentado pelo STJ, as questões atinentes à observância do princípio da legalidade tributária, reproduzido no art. 97 do CTN, possuem natureza eminentemente constitucional, motivo pelo qual não se pode conhecer do Recurso Especial.

7. A demanda foi dirimida no acórdão recorrido com base em Direito local (Lei Estadual 10.705/2000 e Decreto Estadual 55.002/2009).

Logo, é inviável sua apreciação em Recurso Especial, em face da incidência, por analogia, da Súmula 280 do STF: "por ofensa a direito local não cabe recurso extraordinário".

8. Recurso Especial parcialmente conhecido e, nessa parte, não provido. (REsp 1703144/SP, Rel. Ministro HERMAN BENJAMIN, SEGUNDA TURMA, julgado em 28/11/2017, DJe 19/12/2017) (grifei).

Ante o exposto, rejeito os embargos de declaração.

Advirto as partes da multa prevista ao agravo interno manifestamente improcedente (art. 1.021, § 4º, do NCPC).

Intimem-se.

Brasília (DF), 28 de novembro de 2019.

Ministro **PAULO DE TARSO SANSEVERINO**
Relator